

Aposentadoria integral por um fio

Todos os que estavam no Congresso Nacional em 24.08.2011, no Plenário 12 da Câmara dos Deputados, lotado por representantes das diversas categorias de servidores públicos federais, puderam perceber com clareza a estratégia de rolo compressor que o Governo vem destinando à aprovação do Projeto de Lei 1992/2007, que prevê a implantação da previdência complementar para o servidor público da União. Parado no Parlamento há 4 anos, o PL foi retirado das gavetas e busca-se a sua aprovação a todo custo, e em tempo recorde, como forma de mostrar a disposição com que o Governo pretende enfrentar a atual crise financeira internacional.

Enquanto alguns deputados argumentavam contra o poderoso *lobby* do sistema financeiro e a falta de uma maior discussão de matéria tão relevante para o serviço público nacional, os parlamentares da base aliada do Governo, sob vaias e xingamentos da plateia, aguardavam impassíveis - sem pronunciarem qualquer defesa, argumento ou justificativa em favor do projeto - a hora fatídica do golpe final, quando o substitutivo do relator da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP) foi aprovado por 13 votos a 7. O Projeto de Lei seguirá, em sequência, para as comissões de Família e Previdência, de Finanças e Tributação e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Riscos e incertezas para todos

Enganam-se aqueles que pensam que os riscos da aposentadoria integral só atingirão os que entrarem no serviço público brasileiro após a aprovação do famigerado projeto de lei: os servidores do regime atual terão 2 anos para decidir quanto à opção. Os adeptos do novo regime, do qual o Governo tenta se livrar inclusive quanto à sua responsabilidade solidária, estarão condenados à insegurança de anos e anos de aplicação financeira em um fundo sujeito às oscilações e ganâncias do sistema financeiro. Aos que permanecerem no sistema atual, basta imaginar a atenção que o Governo dispensará ao regime em extinção. Neste contexto, o PL 1992 configura-se numa ameaça, não apenas aos servidores públicos em geral, mas ao próprio serviço público, em franco prejuízo para o Estado brasileiro.

Mais uma vez, o servidor público está sendo tomado como bode expiatório. E o que é pior: pelo próprio Governo. Como se ressaltou naquela sessão, em países ditos desenvolvidos, costuma-se fazer reformas no sistema previdenciário de 40 em 40 anos, ao passo que, no Brasil, é comum de 4 em 4. A cada início de mandato é sempre a mesma história, com o anúncio de grandes reformas, que acabam tão somente na reforma previdenciária.

É primordial ampliar com urgência a luta e a pressão junto aos parlamentares, pela rejeição do PL 1992, contrapondo-nos à intransigência do Governo e aos interesses do sistema financeiro.

Esta é a segunda edição de uma série que antecede a **assembleia do dia 15**, com temas para reflexão e mobilização de todos os servidores. A **primeira** tratou da renegada Modernização da Carreira de Especialista, nos impedindo melhores salários.

Esta é uma publicação do Conselho Regional do Sinal-BH, sendo todos os textos e informações de sua responsabilidade, e poderá ser acessada em nosso site a qualquer momento.

2512-1668 e 2512-1731
R. Araguari, 1705
Salas 402 e 4036
30190-111
sinalbh@sinal.org.br
www.sinal.org.br/bh

Ano II

Nº 11

9/Set/2011

ASSEMBLEIA DE MOBILIZAÇÃO, DIA 15, 15 HORAS, 11º ANDAR DO BC-BH